

Deliberação CEPE-XX/2024, de XX/XX/2024.

Reitor: Paulo Cesar Montagner

Secretária Geral: Ângela de Noronha Bignami

Cria o Programa de Extensão “Magüta” (Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região da Amazônia) e dá outras providências.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de Presidente da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, considerando:

- que a Extensão Universitária é regida pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo conceituada como a prática acadêmica que promove a interação transformadora entre a Universidade e os demais atores da sociedade;
- o artigo 2º e artigos 73-A a 73-G do Regimento Geral da Unicamp, que estabelecem as ações de extensão e suas características na Unicamp;
- a pertinência de ações institucionais que aproximem a universidade das necessidades técnico-científicas da sociedade no contexto da extensão universitária
- a importância da atuação da universidade junto aos Povos Originários, propiciando meios para melhorias nas condições de bem estar social, saúde, segurança pública, comunitária, alimentar, nutricional e laboral;
- a existência de interesse de vários grupos acadêmicos da universidade em implantar mecanismos efetivos para a constante interação da Universidade com esses Povos Originários e temáticas socioambientais, propiciando condições para o desenvolvimento de conhecimento multidisciplinar e integrando ensino, pesquisa e extensão universitária;
- a necessidade de articular, regular e apoiar, internamente, as ações de extensão da Unicamp nas áreas de interação com os Povos Originários;

E tendo em vista o decidido na XXXª Sessão Ordinária, de XX/XX/2024, *baixa a seguinte Deliberação:*

Artigo 1º - Fica criado o Programa de Extensão Magüta, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura – Diretoria de Extensão (ProEEC/DExt), com os seguintes objetivos:

I - Contribuir para o debate e atuação pública, institucional e qualificada em políticas de segurança pública e ambiental na Amazônia, sobretudo tendo como foco os territórios indígenas, atuando na articulação política e constituição de parcerias institucionais sustentáveis;

II - Apoiar a partir de capacitações, treinamentos e oficinas de cartografia social dirigidas às lideranças, comunitários e seguranças indígenas sobre temáticas de direito indígena, organização e competência dos órgãos públicos, especialmente aos dedicados à segurança pública. com vista à proteção territorial, mitigação das violências e conflitos estruturais presentes na região amazônica;

III - Elaborar material pedagógico bilingue (Português-línguas indígenas) sobre direitos indígenas e políticas de segurança pública e indígena, junto aos estudantes indígenas da Unicamp e quando possível, em face consulta com as comunidades indígenas estudadas;

IV - Qualificar informações sobre situações de vulnerabilidade social, violação aos direitos humanos, patamares de vitimização nas comunidades indígenas da Amazônia, tendo em vista a repercussão destas violências na elaboração e execução da política de segurança pública naqueles territórios e a nível nacional;

V - Fortalecer as redes locais a partir da coordenação de ações com associações indígenas comunitárias, projetos filantrópicos, universidades e institutos públicos no Amazonas, entidades indigenistas e públicas a nível regional e nacional;

VI - Organizar e fomentar a participação de estudantes de graduação e pós-graduação na organização e implantação das ações de extensão do Programa de forma a contribuir para uma formação acadêmica mais completa;

VII - Divulgar, comunicar e debater os conhecimentos e as habilidades geradas pelo Programa.

Artigo 2º - O Programa de Extensão Magüta terá a seguinte estrutura:

I – Coordenação;

II – Conselho Gestor.

Artigo 3º - A Coordenação do Programa Extensão Magüta será composta por um Coordenador e um Coordenador Associado, indicados pelo Conselho Gestor, homologados pelo Pró-Reitor de Extensão, Esporte e Cultura e designados através de Portaria do Reitor, com mandato de 2 anos, permitida a recondução uma única vez por igual período.

§ 1º - O Coordenador e o Coordenador Associado poderão ser docentes, pesquisadores ou servidores com atuação na área de interação com os Povos Originários.

§ 2º - Ao Coordenador e ao Coordenador Associado caberá:

I - representar o Programa nas reuniões do Conselho Gestor;

II - observar o cumprimento das deliberações do Conselho Gestor;

III - garantir que o Programa desenvolva suas atividades em consonância com as diretrizes estabelecidas por seu Conselho Gestor, pelas normas da ProEEC e pelos Estatutos da Unicamp.

Artigo 4º - O Conselho Gestor do Programa Extensão Magüta, órgão colegiado e de caráter deliberativo, tem a seguinte composição:

I _ o Coordenador, seu presidente;

II _ o Coordenador Associado;

III _ 03 (três) representantes docentes da UNICAMP, que atuam nas áreas do Programa;

IV _ 01 (um) servidor da Carreira PAEPE ou pesquisador da Carreira Pq;

V _ 01 (um) discente de graduação ou de pós-graduação.

§ 1º - Os representantes previstos nos incisos III a V serão indicados pelo Pró-Reitor de Extensão, Esporte e Cultura e nomeados por Portaria do Reitor.

§ 2º - Os representantes de que tratam os incisos III a V terão suplentes indicados da mesma forma, os quais substituirão o titular em suas faltas e impedimentos.

§ 3º - Os representantes de que tratam os incisos III e IV terão mandato de 2 anos, permitida a recondução por três vezes.

§ 4º - O representante de que trata o inciso V terá mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

§ 5º - O Conselho Gestor realizará duas reuniões ordinárias (uma em cada semestre), e extraordinárias em caso de necessidade, as quais serão convocadas pela Coordenação ou Coordenação Associada.

§ 6º - Caberá ao Conselho Gestor:

I - Estabelecer as linhas de conduta, critérios de funcionamento e implementação das atividades do Programa;

II - Elaborar o plano de atividades e o relatório anual, gerenciar informações sobre as ações e resultados do Programa, incluindo objetivos, equipe, recursos e orçamento;

III - Propor, coordenar e participar das atividades e reuniões do Programa;

IV - Propor e gerenciar as parcerias dentro dos objetivos do Programa;

V - Articular, participar e propor parcerias com órgãos públicos com vistas ao apoio de políticas públicas nas áreas do Programa, mediante a aprovação das instâncias competentes da Universidade;

VI - Deliberar sobre demandas de ações de extensão dos membros do Programa e demandas dos outros membros da sociedade.

Artigo 5º - A Comissão Central de Extensão é a instância que deliberará sobre o plano de atividades e sobre o relatório anual do Programa Magüta.

Artigo 6º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Parecer n.º: 3210/2024
Processo n.º 01-P-40766 /2024
Interessado: Diretoria de Extensão
Assunto: Minuta de Deliberação CEPE. Criação de Programa de Extensão. “Magüta” (Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região da Amazônia).

Senhora Procuradora de Universidade Chefe,

Vieram os autos a esta Procuradoria para análise da minuta de Deliberação CEPE que dispõe sobre a criação do Programa “Magüta” (Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região da Amazônia).

No evento 01 destes autos constam a justificativa para o programa, os eixos de atuação, a metodologia de trabalho, os resultados esperados e outras informações relevantes.

É o breve relatório. Passo a opinar.

Da análise da minuta do evento 02, não tenho apontamentos a fazer.

Porém, sugiro que seja realizada **no processo** a indicação dos recursos, devidamente aprovados no orçamento da UNICAMP, para custeio dos investimentos a serem realizados no âmbito do programa.

Sendo o que cabia analisar, sugiro o envio à Diretoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura para ciência da recomendação e realização do ajuste. Feito isso, o processo poderá seguir seu trâmite natural para deliberação.

É o parecer, sub censura.
Procuradoria Geral, data da assinatura digital.

Lívia Nunes Reis
Procuradora de Universidade Assistente



PROCURADORIA GERAL - UNICAMP
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Distrito de Barão Geraldo
CEP 13083-872 – Campinas – S.P.
Fone: (19) 3521-2968- 2969 / E-mail: secretaria@pg.unicamp.br



Documento assinado com emprego de certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Assinado por LIVIA NUNES REIS
Função PROCURADORA DE UNIVERSIDADE ASSISTENTE
Data 06-12-2024 15:01:35
Certificado LIVIA NUNES REIS



Despacho PG Nº: 5959/2024
Parecer PG 3210/2024
REF.: Processo Nº: 40766/2024

De acordo.

À d. Diretoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura para ciência da recomendação e realização do ajuste.

Feito isso, o processo poderá seguir seu trâmite natural para deliberação.

FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO

Procuradora de Universidade Chefe

(assinado digitalmente)



PROCURADORIA GERAL - UNICAMP
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Distrito de Barão Geraldo
CEP 13083-872 – Campinas – S.P.
Fone: (19) 3521-2968- 2969 / E-mail: secretaria@pg.unicamp.br



Documento assinado com emprego de certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Assinado por FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO

Função PROCURADORA DE UNIVERSIDADE CHEFE

Data 13-12-2024 11:47:39

Certificado FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO



Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 11 de abril de 2025

Informação DExt Nº 02/2025

À CCE

Para deliberação.

Em seguida para a d. **PG.** para análise.

Em atenção ao solicitado no **Parecer PG 3210/2024**, temos a informar e esclarecer:

“Considerando o trâmite e o prazo para encaminhamento orçamentário em 2024, esclarecemos que o Programa Maguta funcionará com recursos próprios neste início de exercício, com apoio da ProEEC, para algumas atividades pontuais e bolsas, portanto entrará na próxima previsão orçamentária”.

Atenciosamente.

Prof. Dr. Luís Geraldo Pedroso Meloni
Coordenador Geral de Extensão
DExt / ProEEC



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
C7273ACF A76B4B81 96DAF485 5C78804E**





PARECER CCE Nº 4/2025

Em sua 12ª Reunião Ordinária, realizada em 14/05/2025, a Comissão Central de Extensão aprovou a HOMOLOGAÇÃO do ad referendum da COMISSÃO CENTRAL DE EXTENSÃO - CCE, a Minuta de Deliberação CEPE para a Criação de Programa de Extensão “Magüta” (Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região da Amazônia) - ProEEC.

Encaminhe-se à CEPE para deliberação.

Campinas, 14 de maio de 2025.

Profa. Dra. Sylvia Helena Furegatti
Presidente da CCE / Pró-reitora de Extensão, Esporte e Cultura
PROEEC/UNICAMP

Documento assinado eletronicamente por SYLVIA HELENA FUREGATTI, Pró-Reitor, em 17/06/2025, às 19:55 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
E99C5BBB D4554449 A0BE3C99 98D8DF89





Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC)
Diretoria de Projetos de Extensão (DProj)
Proposta para Programa de Extensão



PROGRAMA DE EXTENSÃO MAGÜTA
Segurança comunitária, ambiental e alimentar na região
do Alto Solimões, Amazonas

Campinas, março de 2024
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

PROPONENTE/PESQUISADORA RESPONSÁVEL DO PROGRAMA:

PROFA. DRA.SUSANA DURÃO (NEPP, IFCH, SVC - UNICAMP)

Observação: O desenho na capa do programa foi originalmente concebido pelo cacique Pedro Inácio Pinheiro da comunidade indígena de Vendaval, Amazonas, tendo sido inicialmente usado para ilustrar segurança Ticuna. O desenho se encontra nos anexos do livro Torü Duü Ügü, O nosso Povo (2021 [1985]). O desenho foi retocado e digitalizado pelo estudante de graduação da Midiologia Ailton Ticuna.

Resumo

O programa Magüta visa contribuir para o debate de segurança pública e comunitária nos territórios indígenas demarcados de Umariáçu e Belém do Solimões, localizados na região do Alto Solimões, na tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil, Amazonas. Grupos organizados de polícias indígenas Ticuna começaram a atuar nas suas comunidades em 2007, passaram por um período em que sua atividade foi interdita oficialmente e se organizaram novamente em 2017. Hoje, com o nome de segurança comunitária indígena (SEGCUM), procuram reconhecimento estatal e melhorar a sua atuação profissional nas regiões. Reconhecendo o problema de violência e insegurança humana vivido na região, e com base em dados obtidos no projeto de extensão que precedeu este programa, visamos apoiar modalidades estruturadas do que denominamos por *segurança pública indígena*. Atuamos nas várias frentes combinadas de extensão, pesquisa, formação e articulação. Usamos metodologias e orientações interdisciplinares das ciências sociais.

Palavras-chave: Extensão UNICAMP, Segurança, Segurança Pública Indígena, Amazônia, Alto Solimões, Estudantes Indígenas

Abstract

The Magüta program aims to contribute to the debate on public and community security in the indigenous demarcated territories of Umariáçu and Belém do Solimões, located in Alto Solimões region on the triple border of Colombia, Peru and Brazil, Amazonas. Organized groups of Ticuna indigenous police began operating in indigenous communities in 2007, went through a period in which their activity was officially banned, and reorganized again in 2017. Today, under the name of indigenous community security (SEGCUM), they seek state recognition and aim to improve their professional performance in the regions. Recognizing the problem of violence and human insecurity in the region, and based on data obtained in the extension project that preceded this program, we aim to support structured modalities of what we call *indigenous public security*. We operate on several combined fronts of extension, research, training and articulation. We use interdisciplinary social science methodologies and orientations.

Keywords: UNICAMP Community Engagement, Security, Indigenous Public Security, Amazon, Alto Solimões, Indigenous Students

SUMÁRIO

1. CONTEXTO DO PROGRAMA	5
2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	8
3. JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA.....	11
4. EIXOS DE ATUAÇÃO.....	13
5. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO	16
6. PLANO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAGUTA	19
6.1 Objetivo Geral do Programa.....	19
6.2 Objetivos específicos	19
7. METODOLOGIA DE TRABALHO.....	22
8. RESULTADOS ESPERADOS	23
9. EQUIPE DE EXTENSÃO.....	24
10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	26
BIBLIOGRAFIA	30

1. CONTEXTO DO PROGRAMA

O programa de Extensão Magüta surge a partir da experiência do projeto “Segurança Humana na Amazônia: Ambiente, Comunidade e Alimentação no Alto Solimões-Am” executado entre os dias 01 e 22 de fevereiro do ano 2024, nas comunidades indígenas Umariçu e Belém do Solimões, ambas localizadas na região do Alto Solimões, pertencentes ao município de Tabatinga, na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia.¹ Este projeto de extensão realizado pela UNICAMP foi inédito e o primeiro na região do Amazonas, com estudantes de graduação Ticuna da UNICAMP que são originários destes territórios. Por um lado, o projeto visou auxiliar as comunidades locais com ferramentas intelectuais e práticas para a proteção do território, e por outro, cumpriu com o dever institucional, docente e discente, com as comunidades estudantis indígenas de vários cursos e territórios diferentes.

O referido projeto teve um caráter tridimensional. Primeiro, foi desenhado para ser de EXTENSÃO, no intuito de fortalecer os territórios indígenas e suas comunidades. Nos focamos em entender e apoiar a organização social e política local, incluindo a modalidade de grupos de segurança indígenas auto-organizados, no sentido de lhes fornecer ferramentas e capacitação para se tornarem mais visíveis diante o Estado. Realizamos ao todo catorze oficinas, sendo oito na Comunidade Indígena de Umariçu II e seis na Comunidade Indígena de Belém do Solimões. Os conteúdos das oficinas foram voltados à Segurança *Comunitária*, abordando assuntos relacionados com a história da comunidade e dos seguranças indígenas, os procedimentos e protocolos adotados pelos seguranças em situações de violência nos territórios, levantamento de instituições públicas e organizações sociais que atuam dentro e fora da comunidade. Na oficina de *Segurança Territorial e Ambiental* foram identificados e discutidos os tipos de violência e conflitos nas comunidades Posteriormente, construímos um mapa de violências, através da metodologia cartográfica social. Na oficina de *Segurança Alimentar ou AgroVida* foram organizadas grandes aulas práticas que tiveram como principal objetivo o envolvimento da comunidade, a discussão sobre soberania alimentar, a visibilidade das técnicas de agricultura indígena e o resgate da culinária Ticuna.

O segundo foi o formato pedagógico de FORMAÇÃO na prática de extensão com estudantes Ticuna da graduação de diferentes cursos. No sentido de fortalecer as suas competências acadêmicas profissionalizantes, técnicas de pesquisa, o trabalho em equipe, a participação ativa nas oficinas, o papel (em ocasiões) como tradutores Português-Ticuna e Ticuna-Português, e o incentivo à organização no trabalho e à escrita através da realização de diários de campo coletivos e da análise crítica da realidade. A preparação em campo permitiu reforçar nos alunos vínculos de responsabilidade com a região de origem.

¹ Começamos por usar no projeto a noção de *Segurança Humana*. Este conceito surgiu após a Guerra Fria e foi promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Defende-se que a preocupação dos Estados deve estar voltada para os indivíduos, sua proteção e desenvolvimento humano, mas levando em conta que os indivíduos são também atores de segurança. Sendo a Amazônia Legal uma das regiões do planeta com mais incidência de violências, é urgente ajudar as populações indígenas locais a se “equiparem” intelectualmente e na prática para lidar com a insegurança estrutural que as assola cotidiana e persistentemente. No programa nos centramos na noção de *Segurança Pública Indígena*, um conceito que emergiu da pesquisa de campo realizada no projeto.

Como resultado do trabalho de extensão e formação, a terceira dimensão é a PESQUISA. Durante o período em campo, realizamos uma série de levantamentos de dados, a partir de entrevistas (com lideranças, seguranças indígenas, comunitários e instituições públicas) e das oficinas realizadas, no intuito de mapear os tipos de violências e redes de conflitos enfrentadas nas comunidades, panorama extenso de vitimizações, com atuação e omissão de instituições públicas de segurança.

A proposta do programa se orienta na continuidade do projeto de extensão, a partir da tríade: *extensão* para o fortalecimento das formas de governança comunitária e segurança Ticuna, *formação* para os estudantes indígenas e *pesquisa* para a contribuição acadêmica para o debate e melhoramento da execução da política pública de segurança em territórios indígenas Ticuna localizados em região de fronteira. Este esforço coletivo e participativo é acompanhado por um quarto eixo – *articulação* – no qual se pretende envolver estrategicamente uma série de atores atuantes a nível local, regional e nacional. Destacamos a nossa articulação com as universidades públicas da região como a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Além delas destacamos os órgãos indigenistas como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) a nível regional e nacional; os órgãos de fiscalização como 6ª Câmara De Coordenação e Revisão sobre Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais e o Ministério Público Federal em Tabatinga (MPF); órgãos de defesa nacional como as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e órgãos de segurança pública (Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, secretaria municipal de segurança pública); e as lideranças e associações indígenas como Projeto Filantrópico AgroVida, Associação de Mulheres Indígenas da Amazônia (MAPANA), Rede de jovens comunicadores Ticuna, organizações indígenas de segurança comunitária, entre outros.

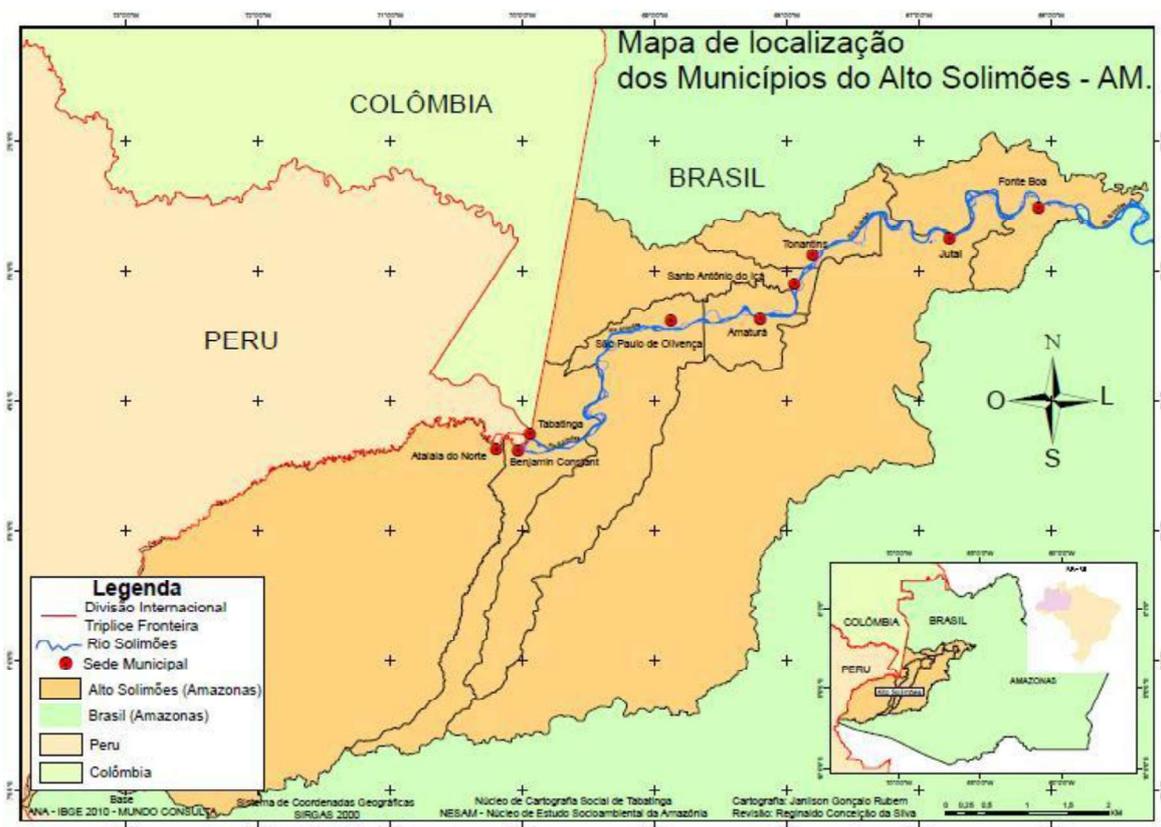
Estas quatro dimensões do programa, que atuam em contínua interação e devidamente sistematizadas, permitem contribuir para um debate público, institucional e qualificado sobre políticas de segurança pública e ambiental. Desta forma, nos propomos auxiliar na formação, estratégias e planos da *segurança comunitária indígena* nas comunidades indígenas demarcadas de Umariáçu e Belém do Solimões, no Alto Solimões - AM, no contexto da tríplice fronteira, nos próximos dois anos, maio de 2024 até maio de 2026. O programa visa criar uma base de apoio a estratégias e planos do que poderia chamar-se uma *segurança pública indígena*, pensada para áreas com problemas sociais e culturais específicos, nomeadamente a desarticulação social e comunitária destas populações de fronteira.

A intensa e variada modalidade de violências, ilegalismos e crimes na tríplice fronteira, associada aos problemas de violências nas próprias comunidades, levou à criação de grupos de voluntários organizados para proteção indígena, apoiados pelas populações locais, que estão clamando pelo reconhecimento do Estado. É no reforço das redes de segurança local, da sua abrangência, participação e democracia, que este programa se propõe atuar e apoiar, com ferramentas da extensão, nas comunidades.

A escolha destas duas grandes comunidades indígenas (com mais de 8 mil habitantes cada) se prende com o complexo mapa de violências e crimes que as atravessa em contexto de fronteira e a intensificação das economias ilegais de extrativismo que

estão atuando em outros estados da Amazônia. Por serem áreas indígenas remotas, mas parcialmente urbanizadas, a região do Alto Solimões tende a receber menos atenção dos poderes públicos e organizações da sociedade civil. Desse modo, este programa da UNICAMP PROEC é estratégico.

O programa de extensão aqui exposto se inspira na visão de segurança comunitária alicerçada na UNICAMP, que a partir de 2017 se alargou com a criação da Secretaria de Vivência nos Campi (SVC). Especificamente, desde mudanças introduzidas em 2019, com a coordenação da Profa Susana Durão, a SVC promove a proteção desarmada à comunidade universitária, com base em estratégias de prevenção e visão social sistêmica, integrando representantes de órgãos e unidades no Conselho de Vivência Universitária (CVU), onde se discutem projetos transversais de vivência universitária. A inovação de uma perspectiva democrática, participada, transparente e integrada de modo administrativo à governança da universidade nos inspirou para apoiar, com ferramentas políticas e administrativas, iniciativas de segurança na região amazônica do Alto Solimões, em especial entre as comunidades indígenas situadas próximo de centros urbanos e da fronteira.



Mapa de localização dos municípios do Alto Solimões, AM

Fonte: Rapozo e Silva (2020). Site: <https://journals.openedition.org/configuracoes/8497>

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A Amazônia, considerada a maior floresta tropical do mundo, se estende por oito países – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. No Brasil, a região da Amazônia Legal abrange quase dois terços do território nacional e engloba nove estados e 772 municípios pertencentes à bacia Amazônica. Neste vasto território convivem povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais e extrativistas. O bioma tem sido historicamente explorado, desde o tempo da extração da borracha, através da prospecção de petróleo e gás, garimpo, grilagem, narcotráfico, biopirataria, pirataria nos rios, madeireiros, pesca e caça predatória, além de atividades ilegais e criminosas, como o narcotráfico, que perpetuam o ciclo das violências na região.

Nas regiões amazônicas mais urbanizadas existem alguns perigos e violências específicos, além das tradicionais formas de exploração, provocadas pelo baixíssimo dinamismo econômico e uma ausência de economia de floresta. É preciso lembrar que na Amazônia Legal, mais da metade dos vínculos trabalhistas na região são informais – vinte pontos acima da média brasileira de 35%, onde a porcentagem de informalidade já é muito alta (Salles, 2022: 346). Nessa medida, uma vez que a ilegalidade se vem transformando em regra, o desalento dos jovens é um desdobramento particularmente perigoso dessa Amazônia sem lei e sem projeto de desenvolvimento. O expressivo número da população desassistida é vulnerável à cooptação pelo crime e ilegalismos (idem: 247). Estes fenômenos disruptivos da vida comunitária geram nos moradores locais, sobretudo entre os grupos de gerações mais velhas e entre os caciques, uma percepção muito densa de que algo precisa ser feito. Alguns grupos se preocupam em ativar um certo controle social interno para tentar aquietar a dinâmica das violências que se impõem às relações interpessoais. É com eles e sobre eles que este programa se propõe trabalhar.

O programa objetiva atuar na região amazônica do Alto Solimões, especificamente nas comunidades Ticuna Umariáçu e Belém do Solimões, localizados no município de Tabatinga, no estado do Amazonas, na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru. De salientar que o grupo étnico-linguístico Ticuna, no qual nos detemos, é a maior população indígena do país, estimada em 72 mil habitantes, a maioria habitando no Alto Solimões, grupo que também se estende para o Peru e Colômbia.

A Terra Indígena Ticuna Umariáçu se encontra localizada numa das margens do rio Solimões. O território foi homologado por decreto presidencial a 11 de dezembro de 1998² e possui aproximadamente 4.900 hectares. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), em Umariáçu vivem 7.805 habitantes.

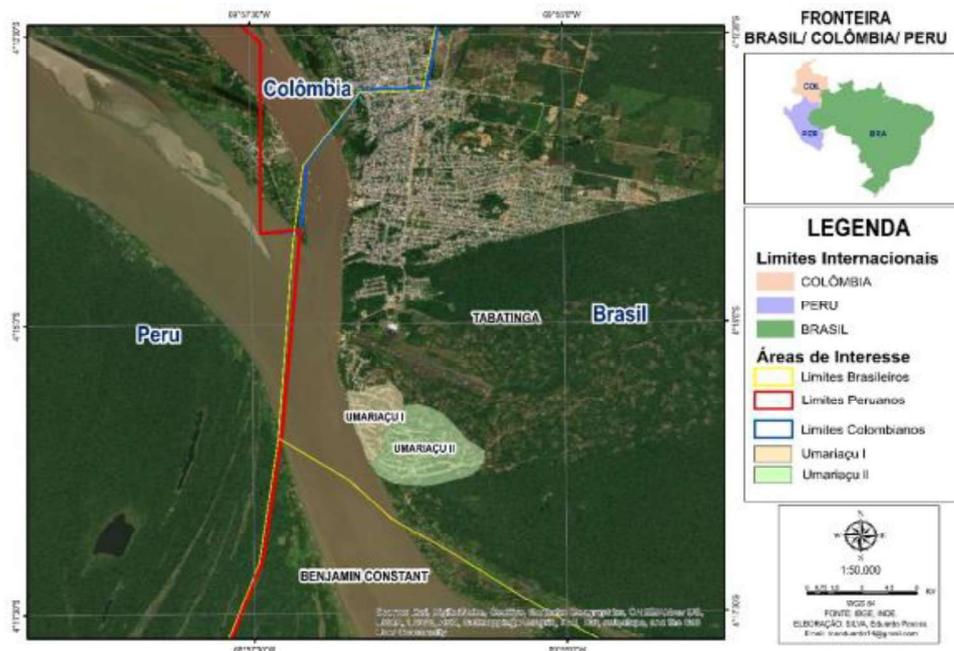
As comunidades Umariáçu I e II se encontram separadas por uma ponte de concreto construída no ano 2010 (Mendes, 2014). Trata-se de um território de características urbanas que tem as ruas principais asfaltadas e casas construídas de madeira ou alvenaria/zinco ao estilo regional. Em transporte terrestre o trajeto entre Tabatinga e Umariáçu dura entre 15 a 20 minutos. A economia local dos Ticuna é sobretudo de subsistência rural e pesca, alguns tendo empregos em serviços do Estado e outros com atividades terciárias (como é o caso da cooperativa de moto-táxis Ticuna). A

² Fonte: D.O. 14/12/1998, P. 23, Decreto localizado em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/> acesso no dia 21 de fevereiro de 2024.

economia é marcada pelo nível de informalidade descrito e que é característico de toda a região amazônica (Salles, 2023).

A comunidade de Umariçu converteu-se no berço da ideia de “polícia indígena” (Mendes, 2014). Em 2007, esta começou por ser nomeada como Serviço de Proteção do Índio – SPI, adotando o nome de Serviço de Proteção aos Índios que foi criado em 1910 e operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Só após isso, se deu a decisão de criar a PIASOL - Polícia Indígena do Alto Solimões, uma proposta de *policciamento indígena*, alavancado por um Ticuna exonerado da Polícia Militar. A proposta se estendeu pela região e foi implementada em outras comunidades Ticuna. Devido a episódios de abuso de autoridade e um presumível assassinato por parte da polícia indígena, a atividade desta organização foi interrompida, por ordem do Ministério Público Federal no ano 2011 (Mendes, 2014: 26). Durante vários anos, esta modalidade de auto-proteção indígena esteve relativamente ausente das comunidades, embora com alguns momentos de reorganização espontânea.

Após episódios de chocante violência e ataques entre jovens Ticuna na comunidade, um grupo de voluntários de cerca de 80 homens se juntou para retomar a ideia, no ano 2017, na época assumindo o nome de *Segurança Comunitária Umariçu* (SEGCUM), a pedido da própria comunidade e com apoio do cacique, assim chamada até hoje. De salientar que embora trabalhando sem enquadramento legal adequado e apropriado, o grupo se constituiu como associação e tem um CNPJ, pedindo auxílio mensal à comunidade em espécie (doações em alimentos ou produtos de limpeza) e eventualmente em dinheiro.



Mapa da Terra Indígena de Umariçu

Fonte: Silva, 2020. Site: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/43-6.pdf>

A Terra Indígena Eware I é a terceira mais populosa do Brasil, com 20.177 habitantes indígenas (IBGE, 2022) e aproximadamente 65 comunidades indígenas³,

³ Dado fornecido por Frei Paulo Maria Braghini, no dia 24 de fevereiro de 2024. Via rede social. Documento interno intitulado: Comunidades visitadas pelos Projetos Sociais da Paróquia S. Francisco De Assis.

depois da Raposa Serra do Sol, com 26.176 habitantes e dos Yanomami, com 27.152 habitantes (IBGE, 2022). A Eware I, considerada pelos povos uma terra mítica sagrada, abrange os municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, tendo sido homologada por decreto no dia 5 de janeiro de 1996.⁴ A comunidade Belém do Solimões é, entre estas, uma das mais povoada, com aproximadamente 7.274 habitantes (IBGE, 2022), correspondente a 1.150 famílias Ticuna. Belém é conectada com a cidade de Tabatinga apenas por via fluvial, em um trajeto que pode demorar entre duas a cinco horas, dependendo do motor popa utilizado. Esta disposição geográfica limita a atuação do Estado e a implementação de políticas públicas em Belém.

Após várias negociações políticas com o governo de Estado, em 2022 a Polícia Militar se instalou com um posto avançado na comunidade de Belém. A experiência seria curta. Os 4 policiais se retiraram passados seis meses, alegando não estar alocados à área e sim à base de Tabatinga, reivindicaram diárias extras para trabalhar naquela comunidade, o que nunca foi atendido. Encontramos na população um lamento coletivo face à falta desse efetivo policial. Nos últimos vinte anos, também em Belém funcionou, de forma intermitente, um grupo de voluntários de segurança indígena, tendo sido adotado, por auto-criação, o nome de *Delegacia Civil Indígena*. Hoje este grupo está desativado, embora um dos voluntários tenha assumido o papel de delegado e esteja trabalhando com apoio do cacique e do administrador da comunidade.

Uma denúncia realizada em novembro de 2023 foi escrita em tom de manifesto pelas lideranças da comunidade de Belém de Solimões. Esta foi amplamente divulgada na região, destacando o descaso e abandono dos poderes públicos, em relação à infraestrutura (pontes, ruas, escolas, creches, terminal flutuante, energia elétrica) e à saúde pública (falta de sistema de água potável, de saneamento, de remédios, contratação de pessoal médico; equipamentos hospitalares, entre outros). Em relação à insegurança pública, a denúncia refere o alto e grave índice de alcoolismo, venda e consumo de drogas, práticas violentas na comunidade que afetam principalmente a população infanto juvenil⁵. O suicídio continua sendo um problema que se alastra pelo território. Segundo informações fornecidas pelo polo de saúde indígena de Belém do Solimões, a região apresentou, em 2023, oito suicídios, índice oito vezes superior à média de suicídios no Brasil, já considerada um problema endêmico pela Organização Mundial da Saúde. Na chegada da nossa equipe, na semana em que foram realizadas as oficinas em Belém, deparamos com um suicídio e uma tentativa de suicídio de dois jovens. Também em Umariçu, ouvimos comentarem vários casos de suicídio recentes.

⁴ Decreto disponibilizado em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1996/decreto-35402-5-janeiro-1996-536164-publicacaooriginal-26426-pe.html> acesso 22 de fevereiro de 2024

⁵ Matéria disponibilizada <https://cimi.org.br/2023/11/liderancas-indigenas-denunciam-descaso-do-poder-publico-na-comunidade-belem-do-solimoes-no-amazonas/> acesso em 22 de fevereiro de 2024.



Mapa: Comunidade Indígena Belém do Solimões. Disponibilizado: Paróquia São Francisco de Assis

3. JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA

O surgimento da segurança indígena é a resposta organizacional do povo Ticuna diante de certo descaso do Estado Brasileiro no que diz respeito à segurança pública no território indígena, assim afirmam o cacique, o delegado e os demais integrantes. A

mesma avaliação é feita por estudiosos do Direito (Castro e Costa, 2023). Uma das maiores preocupações dos seguranças indígenas é a presença de estrangeiros, principalmente oriundos da Colômbia e do Peru, que alegadamente alimentam a proliferação da venda de bebidas alcoólicas nas comunidades (proibida no Estatuto do Índio, Lei 6.001/73), e que se faz acompanhar pelo avanço em larga escala do tráfico de drogas. As lideranças locais observam que a maioria das violências ocasionadas nas comunidades são decorrentes desses comércios ilegais, que segundo eles se intensificam a cada ano e cooptam grande parte da população.

Atualmente, grupos auto-organizados indígenas preferem ser chamados de seguranças comunitários indígenas. Entre as suas incumbências atuais está a tentativa de acalmar a comunidade, manter a paz, identificar pontos de tráfico de drogas e venda de bebidas alcoólicas, proibidas nas áreas demarcadas, mas de fácil acesso pela proximidade com as cidades de fronteira. Uma outra dimensão do trabalho passa pela resolução de casos de feitiçaria, magia negra e vampirismo, como chamam.

A atividade dos seguranças comunitários, hoje voluntários, tem sido reativada pelo menos nas regiões mais próximas às cidades fronteiriças, procurando se distanciar e não confundir com outros grupos paramilitares indígenas do passado (Freitas, 2011; Mendes, 2014). Mas estas atividades de policiamento carecem de apoio estratégico e orientação prática do Estado. Existem dúvidas sobre como exercer estratégias e medidas protetivas nas regiões de fronteira, sempre atravessadas por alguma modalidade de perigo. Na maior parte das vezes, as populações se sentem impotentes ou sem meios para lidar com os avanços dos mais diversos fatores de invasão e ilicitudes em suas terras demarcadas.

A cidade de Tabatinga é sede de diversos órgãos públicos de segurança como Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Exército Brasileiro; órgãos de justiça como a Justiça Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal. Esta última, à exceção da capital de Manaus, é a única sede presente no município Amazonense. Foi nos dito que ela se manteve devido ao assassinato dos servidores públicos Maxciel, Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips em 2022. A FUNAI, o órgão indigenista, trabalha em condições de grande precariedade, com sedes locais sucateadas. Para se ter uma ideia desta desestruturação, basta dizer que a Coordenação Regional do Alto Solimões (CR-AS), que abrange ao todo 443 aldeias localizadas em 15 municípios da calha dos Rio Solimões, composta ao todo por 18 povos indígenas, opera apenas com um servidor na área de Serviço de Gestão Ambiental e Territorial (SEGAT) para atender 100.000 (cem mil) indígenas. Por este motivo, o trabalho voluntário exercido pelos seguranças indígenas e as associações indígenas, o papel das universidades públicas através de programas e projetos de extensão e as cooperações técnicas, são ferramentas fundamentais para dar suporte estratégico, formativo e prático às comunidades indígenas.

O tema da segurança ambiental e territorial nos parece merecer particular atenção, por este motivo. O programa pretende ser executado a partir das discussões com as comunidades indígenas, envolvendo suas configurações cosmo-políticas (Pacheco de Oliveira, 1987; Pacheco de Oliveira, 2021; Souza Lima, 1995). Além disso, é importante sustentar um diálogo permanente das entidades atuantes na região com os estudantes indígenas da UNICAMP, oriundos destes territórios, e de e outros estudantes que visam

se envolver nestes projetos. Além disso, há que ter a coragem de enfrentar as contradições que envolvem trabalhar com formas de segurança, mecanismos de controle social e policiamentos locais, conhecimento e monitoramento de fronteiras e, também, trabalhar conjuntamente na tentativa de mudar consumos alimentares e criar alternativas agro viáveis.

Devido à complexidade de problemas, ameaças e riscos, identificados no projeto “Segurança Humana na Amazônia: Ambiente, Comunidade e Alimentação” (Fevereiro, 2024), ficou claro que é necessário levar a sério o problema da segurança pública para indígenas e proposta por indígenas. E para isso contamos com um acúmulo de experiência de pesquisa e de atuação na área de segurança por parte da Professora Susana Durão, coordenadora deste programa. Este programa parte da necessidade urgente de apoiar social, política e cientificamente regiões de fronteira e populações indígenas em grande risco de vida individual e coletiva; de envolver os alunos indígenas e não indígenas em temáticas de pacificação em áreas de extrema violência e vulnerabilidade; da necessidade de aprofundar o conhecimento antropológico da região; da necessidade de influenciar os governos e estado brasileiro a atuar de modo mais perene na região. Devido a uma certo esvaziamento institucional e desmantelamento progressivo de instituições como a FUNAI, há cada vez mais a percepção de que as universidades devem assumir um papel na extensão e apoio a comunidades do Brasil, bem como de apoio interinstitucional, devido à função social e pública que assumem na sociedade brasileira.

Considerando os riscos evidentes na condução de um tipo de programa de extensão que envolve um levantamento de dados exaustivos nas localidades ameaçadas, somos obrigados a criar estratégias que protejam os alunos de participar nas etapas de realização de trabalho de campo e entrevistas para este fim. De modo a minimizar os riscos de pesquisa e da atuação nestas zonas vermelhas de violência e conflito, e para garantir a proteção dos envolvidos nos futuros projetos de pesquisa e extensão, consideramos relevante priorizar a participação dos alunos nos temas da segurança alimentar, na proteção ambiental/territorial, nas oficinas nas comunidades indígenas assim. É fundamental o acompanhamento transversal dos estudantes envolvidos no programa, na perspectiva de incentivá-los à produção de conhecimento sobre estes territórios e a partir de suas áreas de formação acadêmica diversa. A multidisciplinaridade é aqui muito valorizada. A componente de pesquisa aprofundada sobre violências, criminalidade e policiamentos nas áreas indígenas serão realizadas por alunos e alunas de pós-graduação e pesquisadores.

4. EIXOS DE ATUAÇÃO

De modo a viabilizar a proposta deste programa, resolvemos desenvolver a intervenção em quatro eixos transversais:

Eixo EXTENSÃO:

Este envolve diretamente o público alvo, neste caso, as comunidades indígenas e os seguranças comunitários de Umariçu e de Belém do Solimões. Neste eixo focaremos no apoio ao preparo profissional, político e jurídico dos seguranças indígenas, assim como nas discussões junto às comunidades na perspectiva de identificar as origens dos principais problemas de violências/criminalidades e suas possíveis soluções.

Para o desenvolvimento deste eixo propomos realizar dois blocos de oficinas de 30 dias cada, em janeiro de 2025 e 2026, nas comunidades de Umariçu e Belém do Solimões. As oficinas devem incluir debates e propostas sobre segurança pública em territórios indígenas, segurança alimentar, proteção territorial e articulação com instituições indígenas e públicas. Inclusive este é um momento propício para fornecer uma devolutiva às duas comunidades estudadas em Fevereiro de 2024 e retribuir o conhecimento do diagnóstico consubstanciado que realizamos. É necessário voltar às comunidades para fazer uma avaliação geral do diagnóstico e realizar com a população os ofícios de encaminhamento às entidades competentes.

Incluimos neste eixo a participação de lideranças, seguranças e comunitários indígenas em seminário, fóruns e encontros sobre segurança pública na UNICAMP como também, reuniões e encontros com órgãos públicos sediados em Manaus e em Brasília.

É importante referir que a extensão é dirigida aos grupos voluntários de seguranças, mas também aos membros das comunidades em estudo. É importante garantir a participação democrática das populações nos processos, e não a criação de grupos de interesses isolados ou com poder não transparente. Acreditamos que esta modalidade de programa de extensão está na linha de construção de ferramentas democráticas para a segurança pública nestes territórios indígenas e, desse modo, também forçando o Estado brasileiro a atuar para garantir proteção na região.

Eixo FORMAÇÃO

Este eixo é voltado preferencialmente aos estudantes Ticuna oriundos da região do Alto Solimões e outros estudantes indígenas ou não indígenas participantes do programa. A partir da experiência de campo, do material coletado na região e da formação acadêmica, os estudantes devem produzir material pedagógico bilíngue (português-ticuna) sobre temas relacionados à segurança pública e indígena, e direitos humanos, como também fazer pesquisas de materiais já produzidos por outras entidades.

A partir deste exercício, se visa preparar estudantes com pensamento crítico na modalidade de aprendizagem com base na experiência de extensão. Os principais conteúdos de aprendizagem são na área de segurança ambiental e pública em territórios indígenas, capacitação em técnicas de pesquisa de campo, melhoramento da escrita assim como elaboração de relatórios relacionados a assuntos de interesse.

Parte deste conteúdo está previsto na disciplina EX a ser oferecida no segundo semestre de 2024 “Segurança Humana na Amazônia: Extensão, Pesquisa e Ensino” no qual os bolsistas do programa estão envolvidos. Também, está prevista a colaboração indireta de quatro estudantes, sendo três Ticuna, na modalidade de Bolsa Auxílio Social (BAS) promovidas pelo SAE, associados aos projetos “Mapeando a Segurança Privada no Brasil” e “Políticas do Trabalho Policial: Sindicalismo, Anti-Fascismo e Protestos”.

Ambos os projetos são coordenados pela professora Susana Durão. Também está prevista a assessoria sobre os temas da segurança e justiça pela Secretaria de Vivência nos Campi da UNICAMP. Procuramos entender caminhos possíveis para apoio institucional de possível oficialização dos grupos de segurança comunitária indígena nas comunidades, onde a organização de base já tem um apoio social e político considerável. É determinante refletir conjuntamente com os alunos sobre as estratégias de incidência na política pública de segurança na região de fronteira.

Eixo PESQUISA

Este eixo faz parte dos desdobramentos dos primeiros eixos. O levantamento de dados é fundamental para qualificar as informações sobre vulnerabilidade social, violação aos direitos humanos, patamares de vitimização e conflitos socioambientais presentes em uma região que é simultaneamente das mais violentas no Brasil e uma das mais esquecidas pelos órgãos públicos do Estado brasileiro. Torna-se relevante subsidiar uma reflexão sobre criação de quadros normativos que incorporem e tornem mais visível a necessidade de segurança pública nos territórios indígenas em contexto de fronteira. Por isso estamos testando neste programa a noção de segurança pública indígena nesta região de fronteira.

Este programa pode ser uma fonte de apoio, com conhecimento acadêmico na área da política de segurança pública e a governança nos territórios, que proteja de forma eficaz os direitos dos povos indígenas. É necessário que o programa continue coletando informações em campo durante o ano de 2024 e 2015, a fim de consolidar os dados preliminarmente levantados.

Neste eixo prevemos atividades de incidência a nível regional, nacional e internacional, envolvendo lideranças, seguranças e comunitários indígenas locais. Iremos trabalhar no pedido de audiência pública dirigido às autoridades de governo como o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Justiça (MJ) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); assim como visamos apelar para os órgãos humanitários internacionais, como as Nações Unidas e organizações de direito e de direitos ambientais internacionais, para pressionar e alertar as autoridades brasileiras sobre o abandono das comunidades indígenas em contexto de fronteira amazônica. Neste caso, o diagnóstico consubstanciado aqui proposto a partir do levantamento de dados, será traduzido em inglês e, se possível, ser entregue após pedido de uma audiência nessas instâncias. A visibilidade do trabalho voluntário dos seguranças indígenas é fundamental para o protagonismo e valorização dos mesmos, mas também para as pautas sobre segurança pública em territórios indígenas.

É importante também realizar levantamentos bibliográficos e comparativos entre várias modalidades, projetos e organizações que promovem a proteção territorial e a prevenção de violências entre indígenas. Já existem no Brasil grupos de base com projetos de proteção ambiental indígena. Veja-se o caso dos grupos dos ‘Guardiões da Floresta’, da terra indígena Araribóia, no Maranhão e a Equipe de Vigilância da Univaja (EVU) na

terra indígena Vale do Javari no Amazonas, que atuam no monitoramento da presença de invasores e das atividades ilegais no território⁶.

Estas ações deveriam ser essencialmente promovidas e executadas pelo próprio governo através de seus órgãos representantes. No caso da região do Alto Solimões acresce à demanda pela proteção territorial a ampliação da participação dos indígenas em espaços institucionais de segurança pública do Estado. Nessa medida, o nosso programa deve assim propor, com conhecimento acadêmico aprofundado e com metodologias combinadas, a criação de melhores ferramentas para políticas públicas e governança da segurança em territórios indígenas da fronteira tríplice, assumindo que esta região tem as suas especificidades.

Eixo ARTICULAÇÃO:

Para uma maior eficácia na execução das atividades, o programa prevê a colaboração e articulação com as redes locais, sejam as associações indígenas, projetos filantrópicos ou instituições públicas com interesse nos temas de segurança indígena. No caso das associações indígenas do Alto Solimões destacamos o trabalho da Associação das Mulheres Indígenas de Belém do Solimões (MAPANA), Associação Dos Jovens Indígenas Magüta Ticuna De Belém do Solimões (AAJIMBS), a Rede de Jovens Indígenas Comunicadores do Alto Rio Solimões (REJICARS) da comunidade de Umariçu e o projeto Filantrópico AgroVida responsável pela liderança e mestrandia Josiane Ticuna. Neste último, a presença de Josiane foi fundamental para a criação e o desenvolvimento do projeto de extensão.

No caso da rede com universidades públicas amazonenses, destaca-se a Universidade Estadual de Amazonas (UEA), com a qual continuaremos trabalhando em conjunto, a partir do Núcleo de Estudos Socioambientais do Amazonas (NESAM) e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), ambos mapeando diversas modalidades de violência em estados do norte. Pretendemos estabelecer inicialmente um *protocolo de intenções* com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e vir a desenvolver uma parceria ativa entre esta e a UNICAMP, através do Programa Magüta. Fundamental é o plano de vir a viabilizar um convênio de cooperação técnica entre a Coordenação Regional da FUNAI (CR/AS) e a UNICAMP, com a finalidade de

⁶ É de notar ainda o trabalho da Associação Indígena Yanomami Hutukara que em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) realizam trabalhos de proteção ambiental promovida por grupos de voluntários indígenas. A título de ilustração, ver os relatórios e publicações: “Plano de Gestão Terra Indígena Yanomami/PGTA”

(<https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/ISA-PNGATI-Relatorio-Executivo-PGTA-TI-Yanomami.pdf>); "Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira" (<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/terra-rasgada-como-avanca-o-garimpo-na-amazonia-brasileira>); “O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku” (<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/o-cerco-do-ouro-garimpo-ilegal-destruicao-e-luta-em-terras-munduruku>); Relatórios sobre garimpo na terra Yanomami (<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>; <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yamaki-ni-ohotai-xoa-nos-ainda-estamos-sofrendo-um-balanco-dos-primeiros-meses-da>; <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/atualizacoes-sobre-o-garimpo-na-terra-indigena-yanomami-e-seus-impactos-na>).

contribuir para o levantamento de dados e para a realização do diagnóstico situacional e também na procura de apoio local e logístico às atividades na região previstas no programa.

5. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este programa teve uma fase de prospecção inicial com a realização de duas visitas à região, conduzidas pela Professora Susana Durão, e a realização do projeto, acima mencionado, sobre Segurança Humana na região. Em 2023, nas primeiras visitas, a Professora, na condição de antropóloga, realizou várias conversas e entrevistas nas comunidades indígenas de Umariçu e Belém do Solimões que permitiram entender o nível de importância do tema da insegurança e violência entre indígenas e também o papel central de organizações de grupos voluntários de proteção e controle local. Nos impressionou bastante o nível de administração de conflitos efetuado e a forma como nos últimos anos a segurança Ticuna foi se reformando, mesmo sem um acesso direto ou fácil a fontes de apoio para a sua formação e institucionalização. A partir daí e escutando a demanda a nós dirigida para atuar no sentido de apoiar esses grupos e a comunidade, realizamos o projeto, tendo por orientação geral o conceito de segurança humana.

Considerando que a pesquisa em antropologia social se guia por metodologias indutivas, e pela constante interpretação e teorização a partir das práticas observadas e da vida vivida, nos pareceu fundamental reconsiderar o conceito em uso. O termo segurança humana foi muito importante para nos aproximarmos da realidade local Ticuna e da insegurança na região. Mas este também traduz em si uma amplitude generalista e uma imprecisão que não traduz com rigor as práticas sociais, culturais e institucionais (ou proto-institucionais) da segurança em territórios indígenas. É preciso saber mais sobre como são localmente concebidas estas ideias e não apenas criar um paradigma humanitário abstrato bem-intencionado.

Assim, em benefício da precisão, percebemos que o fenômeno, por nós observado desde 2023, se enquadra fundamentalmente no que chamamos de *segurança pública indígena*. Podemos conceitualizar esta como uma modalidade específica e situada nos territórios Ticuna, sendo uma prática organizacional e humana de controlo social coletivo promovida pelos próprios indígenas que, em simultâneo, se propõe negociar e lutar por um espaço institucional no Estado brasileiro, visando dar respostas concretas a problemas de violência e crimes específicos que ocorrem em territórios demarcados maioritariamente habitados por Ticunas.

Usamos o termo segurança pública indígena, e não apenas de segurança pública em territórios indígenas, por diversas razões:

- 1) Não partimos apenas do estudo das falhas do sistema de segurança pública brasileiro e de sua fraca implementação de cima para baixo nos territórios indígenas demarcados da Amazônia. Estamos fundamentalmente interessados na construção de espaço institucional, político e organizacional da segurança indígena; nos interessa a segurança produzida de baixo para cima;

- 2) Estamos atentos à demanda local e comunitária por uma forma de segurança executada por indígenas e não apenas ao apelo da presença de agentes de segurança

estatais nas comunidades das áreas demarcadas. Ou seja, do ponto de vista da observação sociológica, os atores na segurança são plurais e envolvem, na prática, grupos de indígenas nessas funções. O nosso trabalho não se restringe aos termos de uma definição normativa-estatal sobre o que é ou deve ser segurança pública.

3) Os grupos auto-organizados, com apoio das comunidades, criam cotidianamente um quadro prático de desafio e negociação entre normas morais/culturais específicas da região – desde logo presentes na elasticidade dos problemas a “segurar” e que podem incluir feitiçaria, magia, violências adivinhadas e punições específicas – e as normas de um quadro legal normativo brasileiro. Ou seja, precisamos nos atentar aos hibridismos e às políticas da vida social que combinam várias regras morais coletivas, quadros nacionais, e são atravessadas por várias temporalidades e ferramentas tecnológicas que variam ao longo do tempo.

4) Como as teorias sociais sobre polícia e segurança têm sublinhado, os seguranças, e não apenas os agentes que atuam em nome do Estado, são profissionais de fronteira, muitas vezes em múltiplos sentidos. No caso dos grupos voluntários Ticuna, os seguranças ditos comunitários refletem em suas práticas a situação de serem uma fronteira entre tantas outras fronteiras (físicas, sociais, culturais, normativas, dos poderes de estado, de ilegalismos e suas variações, etc.). As regiões demarcadas indígenas no norte amazônico estão entre as regiões com mais fronteiras do mundo. As comunidades são inevitavelmente afetadas por quadros violentos da fronteira, das cidades de fronteira, de regiões extrativistas de fronteira e de regiões remotas de fronteira. Por isso, a insegurança indígena e a resposta indígena a ela não surge como uma surpresa ou uma novidade; faz parte do quadro histórico da vida local. Mas estes seguranças ditam também, muitas vezes literalmente, quem está dentro e quem deve ficar de fora das comunidades e de espaços sociais e morais no seu interior, produzindo inevitavelmente novas fronteiras, nomeadamente com certos grupos, partes e sujeitos das comunidades.

5) A segurança pública indígena é tanto uma aspiração como é, também, uma realidade prática diária que lhe é preexistente. Embora os seguranças voluntários reflitam um nível de organização proto-securitário, são variadas as modalidades de proteção locais que a precedem. Talvez por isso, o desejo expresso de uma modalidade de segurança pública indígena acabe por se consubstanciar nessa forma mais híbrida e combinada de uma segurança que se associa em grupos de patrulheiros, quase todos autorizados por serem homens e pais de família, com seus equipamentos, seus uniformes, sua sede e seus instrumentos de controle.

Por tudo o que foi dito, e para fortalecer uma antropologia pública e implicada na ação de extensão, é fundamental que os grupos auto-organizados de segurança local sejam apoiados por saberes específicos e saberes aplicáveis pelas ciências sociais. Não é demais lembrar que estes saberes são, essencialmente, o resultado teórico das pesquisas onde os mesmos seguranças se envolvem, e não abstrações soltas e externas às realidades vividas, por eles e por aqueles com quem vivem. Além disso, estas formas de organização de segurança indígena podem ser definidas como proto-policiaamentos, por não terem o reconhecimento prévio do Estado, o que faz com que, desse ponto de vista, careçam de apoio com ferramentas políticas e administrativas que nós, neste programa, temos condições de intermediar.

Fundamental também é ter consciência do limite/fronteira ético-política de pesquisas/intervenção/programas como estes que realizamos. São sobejamente conhecidos os problemas que podem surgir de abusos de violência e de falta de preparação de quem executa um trabalho como o da segurança, nomeadamente indígena. O trabalho da ação de controlar sempre introduz nos meios sociais “protegidos” a questão da limitação de liberdades individuais e coletivas. Por isso, é importante o apoio acadêmico e da extensão na elucidação dos métodos em uso e na procura não só de emancipação, mas de capacitação dos membros da segurança indígena. É preciso que este programa seja sustentado numa base de princípios comunitários, mas também dos Direitos Humanos, com o fim de promoção da prevenção e redução de danos. Mas tudo isso sem ingenuidades teóricas.

6. PLANO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAGUTA

6.1 Objetivo Geral do Programa

Este programa visa contribuir para o debate e atuação pública, institucional e qualificada em políticas de segurança pública e ambiental na Amazônia, sobretudo tendo como foco os territórios indígenas demarcados de Umariáçu e Belém do Solimões, no Alto Solimões - AM, no contexto da tríplice fronteira, a partir das demandas e especificidades socioculturais do povo Ticuna, entre junho de 2024 e junho de 2026. O programa tem como base quatro eixos de atuação, sendo que cada um responde a um objetivo específico.

6.2 Objetivos específicos

1. **EXTENSÃO:** Apoio nas formas de governança Ticuna a partir de capacitações, treinamentos e oficinas de cartografia social dirigidas às lideranças, comunitários e seguranças indígenas Ticuna sobre temáticas de direito indígena, organização e competência dos órgãos públicos, especialmente aos dedicados à segurança pública. Com vista à proteção territorial, mitigação das violências e conflitos estruturais presentes na região;
2. **FORMAÇÃO:** Elaboração de material pedagógico bilingue (Portugues-Ticuna) sobre direitos indígenas e políticas de segurança pública e indígena, junto aos estudantes Ticuna da Unicamp e quando possível, em face consulta com as comunidades indígenas estudadas;
3. **PESQUISA:** Qualificar informações sobre situações de vulnerabilidade social, violação aos direitos humanos, patamares de vitimização nas comunidades de Umariáçu e Belém do Solimões, tendo em vista a repercussão destas violências na elaboração e execução da política de segurança pública na tríplice fronteira e a nível nacional;

4. **ARTICULAÇÃO:** Fortalecimento das redes locais a partir da coordenação de ações com associações indígenas comunitárias, projetos filantrópicos, universidades e institutos públicos no Amazonas, entidades indigenistas e públicas a nível regional e nacional;

Detalhamento dos eixos temáticos de ação

EIXO	AÇÃO/ATIVIDADE	META
<p>1. Extensão</p> <p>Apoio nas formas de governança Ticuna</p>	<p>1.1 Realização de quatro oficinas-debate e de cartografia social (dois em cada território) sobre direitos indígenas, Direitos Humanos, marco legal da segurança pública, segurança alimentar, proteção territorial e ambiental;</p> <hr/> <p>1.2 Participação de quatro seguranças indígenas em seminários/eventos de segurança pública a nível nacional;</p> <hr/> <p>1.3 Diálogo de lideranças, seguranças e comunidades indígenas com órgãos locais segurança pública, órgãos indigenistas e de fiscalização territorial;</p> <hr/> <p>1.4 Intercâmbios de experiências entre povos indígenas que atuam na área de segurança comunitária.</p>	<p>Capacitação de lideranças, seguranças e comunitários indígenas</p> <hr/> <p>Maior protagonismo das comunidades no debate da segurança em territórios indígenas;</p> <hr/> <p>Profissionalização e visibilização do trabalho realizado pelas comunidades e os seguranças indígenas;</p> <hr/> <p>Aquisição e troca de novas ferramentas intelectuais, estratégicas e práticas de atuação em segurança indígena</p>
<p>2. Formação</p>		

<p>Elaboração de material pedagógico bilíngue (Portugues-Ticuna) feito por estudantes da UNICAMP;</p>	<p>2.1 Sistematização sobre materiais bilíngues elaborados por outras entidades sobre direitos humanos, sociais e indígena;</p> <hr/> <p>2.2 Dois Boletins Informativo baseado na metodologia da cartografia social em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), sobre as comunidades de Umariçu e Belém do Solimões;</p> <p>2.3 Uma cartilha e fluxograma sobre direitos indígenas e a estrutura de segurança pública e justiça do Estado brasileiro;</p> <p>2.4 Criar um banco de dados com bibliografia e documentos organizado no Google Drive;</p> <hr/> <p>2.5 Formação de estudantes da UNICAMP sobre direitos indígenas e segurança pública, através da disciplina EX e da assessoria sobre os temas da segurança e justiça pela Secretaria de Vivência nos Campi;</p>	<p>Treinamento e capacitação de estudantes Ticuna sobre pesquisa online e consultas a entidades;</p> <hr/> <p>Treinamento em tradução bilíngue;</p> <p>Melhoramento na escrita e na capacidade de selecionar e sistematizar informação;</p> <hr/> <p>10 estudantes da UNICAMP instruídos sobre noções básicas do funcionamento da segurança pública em contexto de tríplice fronteira.</p>
<p>3. Pesquisa</p> <p>Qualificar informações sobre situações de vulnerabilidade social, violação aos direitos humanos, patamares de vitimização nas comunidades de Umariçu e Belém do Solimões;</p>	<p>3.1 Elaboração de um diagnóstico sócio-antropológico das situações de violência e patamares de vitimação no Alto Solimões no ano 2025;</p> <hr/> <p>3.2 Pedido de audiência pública dirigido a entidades do Estado nacional brasileiro para discutir;</p> <hr/> <p>3.3 Reuniões transversais e permanentes com Ministério Público Federal, FUNAI e órgãos de segurança pública a nível local, regional e nacional;</p>	<p>Visibilização e reconhecimento do trabalho voluntário executado pelos seguranças indígenas;</p> <hr/> <p>Incidência na tomada de decisões sobre segurança pública e proteção territorial nas terras indígenas estudadas;</p>

	<p>3.4 Publicação de artigos em revistas de ciências sociais e/ou estudos de segurança pública, com assessoria técnica;</p> <hr/> <p>3.5 Digitalizar documentos em formato analógico disponibilizados pelas associações ou FUNAI (via ofício)</p>	<hr/> <p>Sistematização de informações;</p>
<p>4. Articulação</p> <p>Fortalecimento das redes locais a partir da coordenação de ações</p>	<p>4.1 Criação de protocolo de intenções com a UFAM no intuito de traçar estratégias e apoio conjunto em projetos e atividades;</p> <p>4.2 Cooperação técnica entre UNICAMP e FUNAI para a realização das atividades previstas no programa Magüta;</p> <p>4.3 Reuniões transversais com as associações indígenas, órgãos indigenistas, entidades de Estado principalmente de segurança pública;</p> <p>4.4 Realização de eventos para divulgação dos resultados à comunidade da UNICAMP e comunidade acadêmica em geral, envolvendo grupos de seguranças indígenas, associações indígenas, acadêmicos, alunos, profissionais e outros atores da sociedade civil (proposta de fórum permanente em 2025 e outros seminários)</p>	<p>Coordenação, apoio e articulação entre as diferentes propostas das associações indígenas, entidades governamentais e o programa Magüta</p>

7. METODOLOGIA DE TRABALHO

Oficinas de extensão: Estas são orientadas no sentido de partilhar conhecimentos, discussões e soluções para os temas da segurança. São organizadas oficinas de mapas sociais, cartografias de violências, descrição e situação dos ilegalismos, *storytelling* e teatralização de situações de violência, e criação de espaços de narrativas de vida coletivas e individuais ou em grupos.

Trabalho de campo: Serão realizadas pesquisas que implicam recolha de entrevistas selecionadas e registro situado de eventos, conversas, cerimônias e outros aspectos fundamentais da vida social Ticuna. Os diários de campo coletivos são uma ferramenta essencial no trabalho de campo. Importante para este trabalho é a criação de um suporte de base para os dados fotografados, filmados e gravados.

Eventos: São criados eventos coletivos, reuniões científicas, fóruns de debate com acadêmicos, ativistas e profissionais de políticas públicas e, também, especialistas na área da segurança pública.

Reuniões de equipe: As reuniões serão quinzenais e terão o propósito de repartir leituras em temas e áreas do programa; realização de textos; orientação para a recolha de dados empíricos; organização do trabalho em equipe; reuniões de avaliação coletiva e individual.

Reuniões transversais e de articulação: Serão realizadas com diversas instituições que visam a organização de eventos, planejamento de atividades conjuntas, incidência, alinhamentos e troca de informações.

Trabalho de escrita e recolha de dados: a escrita de diários, pesquisas parciais, textos analíticos e relatórios será permanentemente promovida neste programa, produzindo-se assim um conjunto de textos variados para reflexão da equipe. Esta atividade não se restringe aos períodos de trabalho de campo; será uma constante do trabalho.

Gerenciamento de dados públicos: será organizado um pasta no google driver de acesso restrito para à equipe, para a organização de informações, relatórios, registro fotográfico e audiovisual,publicações e textos, entre outros.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Eixo Extensão:

Lideranças, seguranças e grupos comunitários indígenas preparados e com conhecimento normativo-jurídico sobre segurança pública, criando propostas e possíveis soluções propositivas para o bem comum e bem-viver da comunidade;

Eixo Formação:

Estudantes indígenas e não indígenas formados com pensamento crítico e com ferramentas acadêmicas e aplicadas para conduzir uma pesquisa relacionada aos meios sociais e culturais Ticuna e em áreas ambientais do norte amazônico. Este programa tem especial relevo na formação de estudantes indígenas Ticuna e de seu empoderamento pessoal com mais saber sobre os seus territórios de origem;

Eixo Pesquisa:

Diagnóstico e relatórios consubstanciados baseados nos dados coletados em campo e das leituras bibliográficas sobre segurança pública e segurança indígena, que são utilizados como subsídio nos debates e na tomada de decisões sobre segurança pública em contexto de fronteira;

Eixo Articulação:

Comunidades indígenas, Associações indígenas, órgãos públicos e universidades públicas interagem e cooperam mutuamente tendo como fim a realização de eventos, seminários e oficinas sobre segurança pública, troca de informações e o diagnóstico participativo sobre violências na região.

9. EQUIPE DE EXTENSÃO

Para uma efetiva execução do programa de extensão será necessário estabelecer uma equipe de coordenação dedicada a articular os eixos de extensão, formação, pesquisa e articulação. Necessitamos de duas pessoas que apoiem diretamente a coordenação acadêmica e coordenação geral sob a responsabilidade de Susana Durão. É possível que deste programa surjam trabalhos de conclusão de curso (TCC), projetos de dissertação e de teses de doutoramento, o que tornará mais evidente a importância da extensão para o desenvolvimento das áreas de pesquisa e pós-graduação da UNICAMP em áreas onde o trabalho com políticas públicas assume grande centralidade.

Segue a descrição da equipe:

Cargo: Apoio à coordenação

Este papel deverá ser assumido por um ou uma profissional de preferência contratada por dois anos, pelo menos, com mestrado, com reconhecido conhecimento e atuante na região e com populações indígenas. Esta pessoa terá o objetivo de acompanhar o processo dos estudantes, das articulações com as comunidades nos próprios territórios, a realização de pesquisas para o diagnóstico e a qualificação dos dados que será a base para a elaboração de um diagnóstico consubstanciado.

Modalidade: contrato com tempo integral, podendo estar parcialmente em trabalho de campo na região do Alto Solimões e em Campinas, para trabalho de apresentação de dados, realização de eventos e criação de relatórios.

Atividades vinculadas:

- Elaboração conjunta do “diagnóstico sócio-antropológico das situações de violência e patamares de vitimação no Alto Solimões no ano 2025”;

- Coordenação e articulação entre a equipe UNICAMP sediada em São Paulo e as comunidades indígenas, associações indígenas e órgãos públicos em Tabatinga, AM (FUNAI, UFAM, UEA, SESAI, PC, PM, PF, Secretaria Municipal de Segurança, entre outros) e nível Nacional;
- Articulação para a realização de atividades de campo e oficinas nas comunidades de Umariáçu e Belém do Solimões;
- Articulação de eventos e seminários sobre segurança pública em Tabatinga, São Paulo e Brasília;
- Apoio aos estudantes indígenas na produção de material didático, seja no formato de cartilha sobre direitos indígenas e segurança públicas ou boletins informativos;
- Coleta de dados complementares sobre o mapeamento de violências na região do Alto Solimões. Neste caso a pesquisadora deverá realizar este levantamento nas comunidades indígenas do Alto Solimões;
- Elaboração de ofícios a serem encaminhados a autoridades competentes, seja para solicitar de informação, pedir audiência pública ou outras atividades;
- Acompanhamento das oficinas da temática da AgroVida e proteção territorial indígena em parceria com o projeto filantrópico dirigido pela mestrande Joseane Ticuna em apoio com instituições locais e órgãos públicos. Com o intuito de levantar mais informações qualitativas e comparativas em comunidades indígenas próximas no Alto Solimões. Desse modo, podemos ir completando o mapeamento de violências da região;
- Gerenciamento e organização do levantamento de dados;
- Escrita de relatórios parciais para a coordenação;
- Escrita de relatório anual, no formato de relatório de pesquisa (FAPESP), para a PROEC;
- Participação e co-autoria na escrita de textos acadêmicos e realização de eventos de divulgação dos resultados do programa.

Cargo: Apoio à pesquisa

Este papel está preferencialmente voltado a um estudante da pós-graduação em alguma disciplina das ciências sociais, com especialidade em territórios indígenas ou proteção ambiental. Dado que o tempo de um pesquisador na pós-graduação é limitado, consideramos que a principal função deste cargo seria o apoio e assessoria na elaboração de documentos técnicos sobre segurança pública e sobre regiões indígenas do norte da Amazônia.

Modalidade: parcial, bolsista, localizado principalmente em Campinas ou São Paulo.

Atividades vinculadas:

- Apoio na elaboração de um “diagnóstico sócio-antropológico das situações de violência e patamares de vitimação no Alto Solimões no ano 2025”;

- Sistematização de dados coletados em campo, que contemple a orientação deste exercício aos estudantes;
- Tutorias dinâmicas de estudantes indígenas, em geral com mais déficit de formação acadêmica, no sentido de ajudar a sistematizar o trabalho e os dados, apoio com metodologias de trabalho em equipe e de capacitação para compreensão e aplicação de ferramentas de pesquisa;
- Participação das oficinas a serem realizadas nas comunidades de Umariáçu e Belém de Solimões;
- Articulação de eventos e seminários sobre segurança pública em São Paulo e/ou Brasília;
- Acompanhamento aos estudantes indígenas na produção de material didático, seja no formato de cartilha sobre direitos indígenas e segurança públicas ou boletins informativos;
- Gerenciamento e organização do levantamento de dados;
- Escrita de relatórios parciais para a coordenação;
- Escrita de relatório anual, no formato de relatório de pesquisa (FAPESP), para a PROEC;.
- Participação e co-autoria na escrita de textos acadêmicos e realização de eventos de divulgação dos resultados do programa.

Estudantes UNICAMP

Modalidade: Bolsa de estudo, tempo parcial

Destinada preferencialmente a estudantes, que podem ser Ticuna oriundos da região do Alto Solimões e outros estudantes indígenas ou não indígenas. O programa está vinculado à disciplina EX a ser oferecida no segundo semestre de 2024 “Segurança Humana na Amazônia: Extensão, Pesquisa e Ensino” prevê a participação de 10 estudantes. A disciplina oferece debates e formação sobre os principais conceitos sobre segurança pública, proteção territorial em terras indígenas e ferramentas de pesquisa, tendo como produto final a elaboração de cartilhas bilíngues sobre segurança pública e direitos indígenas (Portugues - Ticuna). Se espera que cinco estudantes de preferência indígena sejam selecionados para participar das oficinas em Umariáçu e Belém de Solimões, tanto em 2025 e 2026. Estes irão participar ativamente no desenvolvimento de atividades, eventos e reuniões de coordenação/alinhamento quanto à incidência realizados em Tabatinga, São Paulo ou Brasília.

Cabe salientar, que a modalidade de Bolsa Auxílio Social (BAS) associados aos projetos coordenados pela Professora Susana Durão, “Políticas do Trabalho Policial: Sindicalismo, Anti-Fascismo e Protestos” e “Mapeando a Segurança Privada no Brasil”, incorporam quatro indígenas, três de origem Ticuna e um Terena. Estes estudantes são responsáveis pela elaboração do Boletim Informativo e da elaboração de material pedagógico junto à turma do EX.

violência e patamares de vitimação no Alto Solimões no ano 2025;													
3.3 Reuniões transversais e permanentes com Ministério Público Federal, FUNAI e órgãos de segurança pública a nível local, regional e nacional;													
3.5 Digitalizar documentos em formato analógico disponibilizados pelas associações ou FUNAI (via ofício)													
Eixo 4: Articulação													
4.2 Cooperação técnica entre UNICAMP e FUNAI para a realização das atividades previstas no programa Magüta;													
4.3 Reuniões transversais com as associações indígenas, órgãos indigenistas, entidades de Estado principalmente de segurança pública;													
4.4 Realização de eventos para divulgação dos resultados à comunidade da UNICAMP e comunidade acadêmica em geral, envolvendo seguranças indígenas, associações indígenas, acadêmicos, alunos, profissionais e outros atores da sociedade civil (proposta de fórum permanente em 2025 e outros seminários)													

BIBLIOGRAFIA

Castro e Costa, Natalia Albuquerque Dino de. "Segurar o céu, a terra e os direitos: o que falta para uma política de segurança pública para e com os povos indígenas no Brasil". 2023. Dissertação de Mestrado. PPGD. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Freitas, Edinaldo. 2011. A Guarda Rural Indígena (GRIN): Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022 : indígenas : primeiros resultados do universo, 2023. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-atálogo?view=detalhes&id=2102018> Acesso 22 de fevereiro de 2024.

Mendes, Mislene Metchacuna Martins. “A Trajetória Da Polícia Indígena Do Alto Solimões: Política Indigenista E Etnopolítica Entre Os Ticuna”. Universidade Federal Do Amazonas Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social Museu Amazônico Mestrado Em Antropologia Social, Manaus/Am 2014

Pacheco de Oliveira, João, 1987, “O nosso governo”. Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Editora Marco Zero.

Pacheco de Oliveira, João. 2021. A Nação Tutelada: Uma interpretação a partir da fronteira. MANA (RJ. Online), v. 27, p. 1-31.

Salles, João Moreira, 2022, *Arrabalde. Em busca da Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza Lima, Antonio Carlos de; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Org.) . Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977 - 2002. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED / CNPq / FAPERJ / IIEB, 2005.